

----- Original Message ----- From: <[wlenon@softwarelivre.org](mailto:wlenon@softwarelivre.org)>  
To: <[saesp@inpi.gov.br](mailto:saesp@inpi.gov.br)>  
Sent: Tuesday, May 15, 2012 11:11 AM  
Subject: Contra as patentes software, a favor da inovação livre

Saudações senhores,

Inovação é uma necessidade brasileira que não será absorvida pela indústria do copyright justamente porque esta tem, no seu "DNA", a prática da privatização do conhecimento em prol de pequenos grupos que se articulam a partir de empresas e práticas monopolistas.

Grupos que trabalham para aumentar seus lucros em detrimento da ciência e das capacidades inventivas, sobretudo usando a força intelectual das nossas universidades e centros de pesquisa. Portanto, defendemos um modelo de desenvolvimento que tenha como fundamento o compartilhamento do conhecimento e as práticas do remix, capazes de gerar conhecimento e inovação com o objetivo de gerar tecnologia nacional e fortalecimento do nosso parque industrial em todos os âmbitos, sobretudo no âmbito da indústria das tecnologias e técnicas informáticas cujo domínio não pode pertencer a uma meia dúzia de empresas.

As tecnologias e técnicas informáticas constituem-se, hoje, a base do desenvolvimento de qualquer nação e do desenvolvimento dos sujeitos e das culturas locais dentro da chama sociedade do conhecimento!

Portanto, dizemos não a patente de software e sim a cultura do compartilhamento como base para o desenvolvimento tecnológico do nosso Brasil!

Virtualmente,

Wilkens Lenon Silva de Andrade  
Sócio efetivo da SBC - Sociedade Brasileira da Computação  
Sócio efetivo da ASL - Associação Software Livre

-----  
ASL.Org - Associacao SoftwareLivre.Org

RESPONSÁVEL: Wilkens Lenon Silva de Andrade

DATA DE ENVIO: 15/05/12

RESPOSTA:

O Art. 6º da Lei da Propriedade Industrial 9279/96 (LPI) garante ao inventor o direito de obter a patente que lhe auferir a propriedade sobre seu objeto de invenção. Destarte, a opção pelo compartilhamento do objeto da invenção ou pela sua proteção é facultada ao inventor.

Esclarecemos que o INPI não concede patente a programas de computador, pois estes não são considerados invenção pelo inciso V do Art. 10 da LPI. Tais programas são, entretanto, passíveis de proteção através da Lei de Direito Autoral nº 9.610/1998, observando o disposto na Lei de Software nº 9.609/1998.

Enquanto a LPI garante ao inventor o direito de proteger as características técnicas associadas a uma invenção, o Direito de Autor protege a expressão do trabalho intelectual relacionado à invenção, ou seja, o programa de computador em si. Assim, mesmo se o inventor de um processo implementar tal processo através de um programa de computador, este processo (e não o programa) pode ser protegido através do sistema de patentes.